



Campo Grande – MS quinta-feira, 30 de agosto de 2018

15 páginas Ano IX – Número 1.808 mpms.mp.br

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça

Paulo Cezar dos Passos

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

Humberto de Matos Brittes

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

Helton Fonseca Bernardes

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Olavo Monteiro Mascarenhas

Corregedor-Geral do Ministério Público

Marcos Antonio Martins Sottoriva

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Antonio Siufi Neto

Ouvidor do Ministério Público

Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça Sérgio Luiz Morelli

Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti

Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi

Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas

Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui

Procuradora de Justiça Nilza Gomes da Silva

Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf

Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto

Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa

Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra

Procurador de Justiça $Belmires\ Soles\ Ribeiro$

Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes

Procurador de Justiça Miguel Vieira da Silva

Procurador de Justiça João Albino Cardoso Filho

Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila

Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva

Procurador de Justiça Francisco Neves Júnior

Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda

Procurador de Justica Marcos Antonio Martins Sottoriva

Procuradora de Justiça Esther Sousa de Oliveira

Procurador de Justiça Aroldo José de Lima

Procurador de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Morais

Procurador de Justiça Luis Alberto Safraider

Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva

Procuradora de Justiça Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya

Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes

Procurador de Justiça Gilberto Robalinho da Silva

Procurador de Justiça Paulo Cezar dos Passos

Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva

Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini

Procurador de Justiça $\it Silas neiton~Gonçal ves$

Procurador de Justiça Sérgio Fernando Raimundo Harfouche

Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 *e-mail*: <u>caocrim@mpms.mp.br</u>

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 *e-mail*: <u>caopjdccdh@mpms.mp.br</u>

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2916/2018-PGJ, DE 24.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 2742/2018-PGJ, de 9.8.2018, que designou o Promotor de Justiça Moisés Casarotto para coadjuvar na Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo, de forma que, onde consta: 10 a 23.8.2018; passe a constar: 10 a 22.8.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2925/2018-PGJ, DE 27.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 2592/2018-PGJ, de 30.7.2018, com a redação dada pela Portaria nº 2654/2018, de 2.8.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de agosto de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO		
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU					
25 e 26.8.2018	PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080		

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO			
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU						
25 e 26.8.2018	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774			

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2926/2018-PGJ, DE 27.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder à Promotora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2001, a serem usufruídos nos dias 30 e 31.8.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3°, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2931/2018-PGJ, DE 28.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Daniel Pivaro Stadniky	25, 26 e 27.3.2016	8, 9 e 10.10.2018
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	21.2.2016	19.10.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2932/2018-PGJ, DE 28.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f" do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar o 4º Promotor de Justiça de Dourados, João Linhares Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, nos períodos de 3 a 6.9.2018 e 10 a 14.9.2018, em razão de férias e compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça titular, Izonildo Gonçalves de Assunção Junior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2936/2018-PGJ, DE 28.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonca de Freitas 7 (sete) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 28.8.2018, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2937/2018-PGJ, DE 28.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea "h", do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral, no período de 28.8 a 3.9.2018, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonca de Freitas.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2927/2018-PGJ, DE 28.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 52/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Emanuelly Martins Atanasio da Silva, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/1455/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2938/2018-PGJ, DE 28.8.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder a Rosemary Sisti, na qualidade de esposa do falecido Promotor de Justiça Francisco Luiz Sisti, pensão por morte, a partir de 30 de maio de 2018, nos termos do artigo 40, § 7°, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e do artigo 44, inciso I, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, sendo que o reajuste do benefício se dará na forma prevista no artigo 77 da Lei nº 3.150/2005, com redação dada pela Lei nº 5.101, de 1º de dezembro de 2017 (Processo PGJ/10/2062/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 2928/2018-PGJ, DE 28.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2°, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder ao servidor Denivaldo Chastel Diniz, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21 a 24.8.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2929/2018-PGJ, DE 28.8.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, no dia 21.8.2018, em razão de licença para acompanhar familiar da titular, Wanessa Barbosa Santana.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:

- 6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:
- 1. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:
- Ofício nº 0543/2018/33PJ/CGR, de 9.8.2018.
- 2. Corregedoria-Geral do MP:
- Ofício nº 0501/2018/CGMP/MS, de 17.5.2018.
- Ofício nº 0502/2018/CGMP/MS, de 17.5.2018.
- Ofício nº 0880/2018/CGMP/MS, de 21.8.2018, em atenção ao artigo 18, XV, da Lei Complementar nº 72/94 e ao artigo 15 da Resolução nº 001/2017-CSMP/MS, o Relatório Circunstanciado Anual do Estágio Probatório XXVII Concurso, referente ao período de agosto de 2017 a junho de 2018.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

- 1. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:
- Procedimento Administrativo nº 32/2016.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000642-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000183-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002025-1.
- Procedimento Administrativo nº 15/2016.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002490-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002513-5.

2. <u>4ª Promotoria de Justica da comarca de Três Lagoas:</u>

• Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003912-9.

3. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

• Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000982-7.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001284-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002760-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001358-7.

5. <u>2^a Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:</u>

- Procedimento Administrativo nº 52/2016.
- Procedimento Administrativo nº 2/2017.
- Procedimento Administrativo nº 26/2016.
- Procedimento Administrativo nº 42/2016.
- Procedimento Administrativo nº 17/2016.
- Procedimento Administrativo nº 54/2016.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002591-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001221-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000354-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001441-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000228-9.

7. <u>2^a Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:</u>

• Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000912-8.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

• Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002520-2.

9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

• Procedimento Administrativo nº 3/2015.

10. Promotoria de Justica da comarca de Angélica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000193-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000587-6.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

• Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003230-3.

12. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002519-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002518-3.

13. Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

• Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003345-7.

14. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

• Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003514-4.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:

6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

• Inquérito Civil nº 06.2018.00000730-8.

6.3.2. <u>CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIB</u>EIRO:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

• Inquérito Civil nº 06.2017.00002060-7.

2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001025-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000632-0.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000780-8.

6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

• Inquérito Civil nº 2/2015.

6.3.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. 2ª Promotoria de Justica da comarca de Amambai:

• Inquérito Civil nº 2/2016.

6.3.5. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

• Inquérito Civil nº 5/2016.

6.3.6. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

• Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001531-9.

2. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

• Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001681-8.

6.3.7. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

• Inquérito Civil nº 9/2015.

6.3.8. <u>CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO B</u>RAVO:

1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

• Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001139-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

• Inquérito Civil nº 06.2017.00001708-0.

7. Ordem do dia:

7.1. <u>Matéria Administrativa:</u>

7.1.1. <u>Julgamento de processos</u>:

1. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002413-0

Assunto: Imprescindibilidade de cadastro individual de Companhia ou Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Estado como entidade beneficiária de TAC.

Relatora Conselheira Jaceguara Dantas da Silva.

2. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002945-7

Assunto: Elaboração de enunciado acerca da continência de inquéritos civis e procedimentos preparatórios instaurados no âmbito do Ministério Público Estadual.

Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Processo PGJ/10/2663/2018

Requerente: Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco Assunto: Autorização para residir em comarca diversa. Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

7.2. Julgamento de Inquéritos Civis e Procedimentos:

7.2.1. Processo com pedido de vista:

1. Notícia de Fato nº 01.2018.00005845-2 - RECURSO

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Recorrente: Sociedade Brasileira de Dermatologia Regional de MS

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Noticiar que Adriana Vanessa da Silva estaria praticando indevidamente atos que seriam privativos dos

profissionais médicos.

Conselheiro-Relator: Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

Voto-vista: Paulo Cezar dos Passos, Procurador-Geral de Justiça

Julgamento adiado em face do pedido de vista do Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, após o Relator votar pela não homologação do arquivamento e pelo provimento do Recurso. Os demais Conselheiros aguardam.

7.2.2. Inquéritos Civis e Procedimentos:

7.2.2.1. <u>RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:</u>

1. Inquérito Civil nº 9/2015

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Daniel de Almeida

Assunto: Apurar a suposta infração de normas de proteção às áreas de preservação permanente ocorrida na Chácara

Recanto Chico Xavier, situada nesta cidade.

2. Inquérito Civil nº 54/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de ilegalidades no evento "Mato Grosso do Sul visto pelo mundo", realizado pelo Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2014, tais como superfaturamento de gastos, desvio de verbas públicas e pagamento de propina.

7.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000106-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de propriedade rural relativamente à instituição de área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente, bem como possível desmatamento irregular de 23,52 hectares em Ponta Porã.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001425-3 - SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001592-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerentes: Ministério Público Estadual, Ernandes Soares de Souza, Odair

Barroso Maria, Cleiton Dias de Souza e Juverci Dias Guimarães

Requerida: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.

Assunto: Apurar eventuais danos causados aos sericicultores do Município de Deodápolis/MS decorrentes da aplicação aérea de agrotóxicos pela "Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.".

4. Inquérito Civil nº 4/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual Requerida: Câmara Municipal de Água Clara

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria legislativa pela gestão anterior da Câmara Municipal de Água Clara/MS, constatadas por sua Controladoria Interna, trazidas ao conhecimento desta Promotoria de Justiça por meio do Ofício nº 09/2015.

5. Inquérito Civil nº 1/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual Requerido: Município de Sidrolândia

Assunto: Apurar a degradação ambiental causada pelo requerido que, sem autorização do órgão ambiental competente, realizou atividades de aterro mediante a disposição de entulhos em uma área de 4.000 m², considerada área de preservação permanente, já que no local está situada uma lagoa, de aproximadamente 6.000 m².

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000641-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a má qualidade no serviço de restauração da MS-316, especificamente no trecho entre Aparecida do Taboado até a rotatória próxima à Ponte Rodoferroviária.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001412-7 - SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

7.2.2.3. <u>RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:</u>

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000139-1 - SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

2. Inquérito Civil nº 77/2015

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Promotoria de Justiça da Saúde Pública Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - SES

Assunto: Apurar a regularidade do Serviço de Tratamento Fora de Domicílio fornecido pelo Estado de Mato Grosso do

Sul.

3. Inquérito Civil nº 62/2013

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Rony Adolpho Drews Junior Requerido: Conselho Municipal de Saúde

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na entrega de vale-transporte, desvios de bens, bem como na instalação do Fórum Permanente dos Usuários do SUS - FUSUS/CG sem passar pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde de Campo Grande.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000124-7

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Laerte Paes Coelho "Laertão", localizado no Município de Costa Rica/MS, que será utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional Série A Edição 2018.

7.2.2.4. <u>RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:</u>

1. Inquérito Civil nº 24/2016

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual Requerido: Júlio Aparecido Lopes

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental decorrente da extração de árvores de espécies especialmente protegidas por lei, em propriedade arrendada pelo requerido.

2. Inquérito Civil nº 37/2015

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande-SESAU

Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Iracy Coelho.

3. Inquérito Civil nº 25/2015

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Promotoria de Justiça da Saúde Pública

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Jardim Antártica.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000831-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual Requerido: Benedito Aparecido Buzetti

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Dulce.

7.2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000895-8 - SIGILOSO

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000743-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual Requerido: Município de Tacuru

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa decorrente do não pagamento de débito

representado pelo precatório nº 1601546-29.2014.8.12.0000.

7.2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 3/2015

7ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade de abertura de cadastros imobiliários no trecho compreendido pelas ruas Crispim Coimbra, Eurico Guimarães, Avenidas Filinto Muller e Baldomero Leituga, perante o município de Três Lagoas/MS.

2. Inquérito Civil nº 24/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Tujure.

3. Inquérito Civil nº 103/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Imóvel sem denominação, cujo possuidor é Geferson Jara Lopes

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel sem denominação, cujo possuidor é Geferson Jara Lopes, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

4. Inquérito Civil nº 25/2015

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a regularidade do Projeto de Lei nº 026/2015, de autoria do Executivo Municipal de Água Clara acerca da Municipalização do Trânsito de Água Clara.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000184-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade na fabricação de determinadas marcas de café, consistente em misturar grande percentual de produtos inadequados e água, visando baratear os custos e aumentar o peso do produto.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000620-1

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual Requerido: Miguel Dorneles Pereira

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do poço tubular profundo, situado na Rua José de Matos Pereira, n. 4525, em

Dourados/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2016.00001481-2 - SIGILOSO

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00000466-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edivaldo Gomes

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente de desmatamentos irregulares na propriedade do requerido, a qual faz parte na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, região do município de Deodápolis.

9. Inquérito Civil nº 06.2017.00001331-7 - SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EXTRATO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Excelentíssimo Senhor PAULO CEZAR DOS PASSOS e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, representado por sua Procuradora-Geral de Justiça, Excelentíssima Senhora EDIENE SANTOS LOUSADO.

Processo: PGJ/10/3126/2018.

Objeto: Estabelecer formas de cooperação entre o MPBA e o MPMS para a proteção do patrimônio público, a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados, de forma a aprimorar, desenvolver e dar suporte a métodos de análises de dados, pesquisas e investigações promovidas pelos partícipes, garantindo assim maior eficácia na repressão a tais práticas ilegais, por meio da autuação conjunta e do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e do compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias para o processamento e análise de dados, gestão de casos, entre outras ações conjuntas.

Amparo Legal: Artigo 116 Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

Vigência: 27.07.2018 a 27.07.2023. Data da assinatura: 27 de julho de 2018.

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO

Extrato do Termo de Adesão do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador de Justiça ANTÔNIO SIUFI NETO ao Acordo de Cooperação Técnica TCU/CNMP, de 21 de maio de 2018, celebrado entre TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, representado por seu Presidente, Ministro RAIMUNDO CARREIRO e CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representado por sua Presidente, Procuradora-Geral da República RAQUEL ELIAS FERREIRA.

Processo: PGJ/10/3125/2018.

Amparo Legal: Artigo 116 Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

Objeto: Visa conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, fortalecer a atuação coordenada de combate à corrupção e contribuir para melhoria da Administração Pública por meio da transferência de tecnologias e conhecimentos, do acesso a sistemas e do compartilhamento de informações constantes de bases de dados a cargo dos partícipes.

Vigência: 21.05.2018 a 21.05.2023. Data da assinatura: 21 de maio de 2018.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Processo PGJ/10/3192/2017.

Amparo legal: Artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público

do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: CLARO S.A.

Valor: R\$ 285.417,95, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE004075 de 27.08.2018.

Objeto: Prestação de serviços de comunicação de dados redundantes nas modalidades terrestres de intranet, internet-link, internet e de links MPLS para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Justificativa: A empresa CLARO S.A. é a única apta a atender em todas as comarcas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ratifica: Humberto de Matos Brittes, Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico.

Campo Grande-MS, 27 de agosto de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 0067/2018/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Rua São Vicente de Paula, nº 180 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000774-1.

Requerente: Anônimo.

Requerido: V.S, O.M.O e S.A de L.

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa praticados no âmbito da Vigilância Sanitária de Campo Grande, decorrentes do fato de servidor estar recebendo, em tese, produtividade fiscal mesmo estando aposentado e outro servidor estar designado em função sem desempenhar trabalho efetivo.

Campo Grande/MS, 24 de agosto de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 0068/2018/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Rua São Vicente de Paula, nº 180 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002548-3.

Requerente: Anônima. Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar se as pessoas de G.V.Z.F e G.M.A seriam servidores fantasmas na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 28 de agosto de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

EDITAL Nº 0063/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2018.00002567-2. Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Prefeitura Municipal de Amambai.

Objeto: Promover a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências para compelir o poder público municipal a tomar as providências cabíveis quanto à remoção ou regularização das pessoas invasoras de área pública.

Portaria de Migração: Trata se de Portaria que promoveu migração do Inquérito Civil físico n. 03/2013/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 29 de agosto de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL 15/2018/1ª PJCS

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Bairro Parque União, neste Município. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002562-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Chapadão do Sul/MS.

Assunto: Apurar suposta ilegalidade consistente na utilização irregular, por parte do Poder Executivo do Município de Chapadão do Sul/MS, de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, com o fim de ordenar despesas referentes a internações psiquiátricas.

Chapadão do Sul/MS, 28 de agosto de 2018.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

IVINHEMA

EDITAL N.: 0032/2018/02PJ/IVH

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2018.00002439-5 mediante conversão da Notícia de Fato n. 01.2018.00003480-5, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Procedimento Preparatório n. 06.2018.00002439-5.

Requerente: Conselho Tutelar de Ivinhema.

Requerido: Município de Ivinhema/MS.

Objeto: Assegurar o direito à educação das crianças de zero a cinco anos de idade, providenciando vagas em creches.

Ivinhema/MS, 29 de agosto de 2018.

JULIANA MARTINS ZAUPA

Promotora de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002561-7.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Clovis Cordeiro Rudge Ramos.

Assunto: Apurar o dano ambiental decorrente do armazenamento irregular de produtos ou substâncias tóxicas na propriedade rural denominada Fazenda Tupi, localizada no Município de Nova Andradina/MS.

Nova Andradina, 27 de agosto de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ÁGUA CLARA

EDITAL N. 0014/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002546-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: O Município de Água Clara.

Assunto: Apurar a ocorrência de supostas irregularidades/favorecimentos, pelo Município de Água Clara, na concessão de casa popular na cidade de Água Clara, que dão conta de possíveis práticas de atos de improbidade administrativa (IC nº 15-2015).

Água Clara/MS, 27 de agosto de 2018.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0015/2018/PJ/ACL

A Promotoria de Justiça da Comarca de Água Clara/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Francisco Vieira, nº 200, bairro Jardim Primavera, nesta cidade.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002513-9.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Cássio Willian Queiroz, C. W. Queiroz ME, Márcia Queiroz Vida, O Município de Água Clara/MS, Rosemar Queiroz Vida, Rosemar Queiroz Vida ME e Silas José da Silva.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação das empresas C. W. Queiroz-ME e Rosemar Queiroz Vida-ME a partir de licitações realizadas pelo Município de Água Clara/MS (IC nº 15-2014).

Água Clara/MS, 27 de agosto de 2018.

FELIPE ALMEIDA MARQUES Promotor de Justiça